

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**  
(Do Sr. Mauricio do Vôlei)

Estabelece que a participação de atletas transgêneros em competições esportivas oficiais, no território brasileiro, dar-se-á apenas em categoria própria, exceto quando forem definidos, pela entidade de administração do desporto responsável pela modalidade, critérios que garantam igualdade de condições desportivas entre os participantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A participação de atletas transgêneros em competições esportivas oficiais, no território brasileiro, dar-se-á apenas em categoria própria, exceto quando definidos, pela entidade de administração do desporto responsável pela modalidade, critérios que garantam igualdade de condições desportivas entre os participantes, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Os critérios de que trata o caput deverão ser amplamente divulgados e debatidos pela entidade de administração do desporto com a sociedade em geral e, especialmente, com as entidades de prática desportiva e competidores da modalidade.

Art. 2º As entidades de administração do desporto, as entidades de prática desportiva e os atletas que não observarem esta Lei, na oportunidade da inscrição em competições oficiais, serão desclassificados, multados, ou ambos, conforme regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

A participação de atletas transgêneros no esporte, especialmente nas categorias femininas, é um tema em voga e se faz necessário um estudo aprofundado a fim de que haja regulamentação apropriada.

É sabido que no esporte sempre houve divisão de categorias por sexo masculino e feminino, cisgêneros, e que esta divisão não compreende pessoas cuja identidade de gênero não esteja atribuída ao sexo biológico, as pessoas transgêneros.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, estabelece que todos são iguais perante a Lei sem distinção de qualquer natureza. Além disso, o art. 217 preceitua que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um. Porém, a inclusão de atletas “trans” em competições oficiais fere diretamente os princípios constitucionais de equidade e desportivo de competitividade, especialmente entre uma competidora feminina cisgênero e uma transgênero. As atletas transgêneros apresentam fatores biológicos próprios e, muitas vezes, também socialização e desenvolvimento ocorrido durante parte da vida que as colocam em situação vantajosa diante das outras atletas.

É inegável que atletas transgêneros possuem o direito de participar de competições esportivas, mas é fundamental garantir a melhor forma de inserção no esporte sem causar desequilíbrio na disputa, tampouco discriminação. Portanto, há a necessidade de estimular o debate de forma aprofundada para a regulamentação da questão em cada modalidade, garantindo real equidade e competitividade entre as atletas.

Diante do exposto, propomos que a participação de atletas transgêneros em competições esportivas oficiais, no território brasileiro, ocorram apenas em categoria própria, exceto quando definidos, pela federação responsável pela modalidade, critérios que garantam igualdade de condições desportivas entre os participantes, na forma do regulamento.



Restando claro que a intenção da proposta não é a de promover preconceito, mas sim a de igualar as condições entre competidores no exercício do direito constitucional ao esporte, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputado Mauricio do Vôlei

